



**XII Colóquio Ibérico
de Geografia**

Vera Diogo
Faculdade de Letras, troiatdk@gmail.com

Dinâmicas de Inovação Social e suas Implicações no Desenvolvimento Espacial: uma abordagem a três iniciativas do Terceiro Sector no Norte de Portugal

Cidades e Ordenamento do Território

1. Problemática

O presente artigo tem por base a seguinte questão de partida – *Como podem as dinâmicas de inovação social promovidas pelo Terceiro Sector influenciar o desenvolvimento espacial?*

Partindo de um debate mais genérico quanto ao papel do Terceiro Sector na sociedade e quanto aos caminhos do desenvolvimento, focamos a relação entre Inovação Social e Desenvolvimento Espacial, do ponto de vista da influência que as iniciativas de Inovação Social promovidas por Organizações do Terceiro Sector (OTSs) podem ter sobre o Desenvolvimento Espacial, sem perder de vista a complexidade e a bidireccionalidade que é inerente ao dinamismo próprio de uma relação entre dois fenómenos.

Posto isto, cabe-nos definir os principais conceitos que constituem a nossa problemática: Terceiro Sector, Inovação Social e Desenvolvimento Espacial.

1.1. Terceiro Sector

O conceito de Terceiro Sector tem vindo a ser eleito como a designação mais consensual para o conjunto de organizações privadas, como tal, não governamentais ou públicas, e, sem fins lucrativos ou com fins sociais ou filantrópicos, não orientadas, pois, pela lógica de mercado e pelo princípio do lucro. O termo Terceiro Sector surge justamente como elemento de distinção deste tipo de organizações, por um lado, em relação ao Estado que se constituiria como primeiro sector, e por outro lado, em relação ao Mercado que se constituiria como o segundo sector. Como Evers muito bem apresenta no seu esquema de welfare mix, colocando o Terceiro sector

numa posição intermédia, entre a sociedade civil não organizada, a esfera pública e a esfera do mercado privado lucrativo (Evers, 1995). À esfera privada lucrativa corresponderia o princípio do lucro, à esfera pública, o princípio da (re)distribuição, enquanto ao Terceiro Sector está sobretudo associado o princípio de reciprocidade. A particularidade deste sector reside no facto de que as organizações nele inseridas podem interligar as restantes esferas de actividade económica, procedendo à redistribuição, praticando a reciprocidade, e realizando a troca no mercado. Realizando trocas que não têm como finalidade o lucro, estas organizações interactuam no mercado, com parceiros do sector privado. Efectivando programas com subsídios estatais, elas contratualizam com o Estado na efectivação da redistribuição de recursos desigualmente distribuídos (Quintão, 2004, p. 1).

Em 1999, Defourny e Develtere iniciam as duas perspectivas contemporâneas mais salientes, a jurídico-institucional que sobrevaloriza as formas jurídicas como critério de definição – critério operacional, e a normativa que valoriza os princípios partilhados, ou seja uma abordagem analítica.

Defendendo a primeira perspectiva, encontramos seguidores como Salamon que dirigiu, em 2005, um estudo comparativo do Sector Não Lucrativo, a nível internacional, o *Comparative Non Profit Project – CNP Project* organizado pela Universidade John Hopkins, dos Estados Unidos da América. Neste estudo, Salamon defende que uma organização pertencente ao Terceiro Sector cumpre os seguintes critérios:

- a) Estrutura formal organizada – constituir uma realidade institucionalizada com estrutura interna, estabilidade, actividade regular, e com distinção entre sócios e não sócios (Gil, 2004)
- b) Natureza Privada – ser institucionalmente autónoma do Estado, não formando parte do Sector Público
- c) Ausência de distribuição de lucros entre seus membros – reinvestir os fundos na consecução da missão da organização. No caso português, as cooperativas e associações mutualistas não cumprem este critério
- d) Auto-gestão – ter capacidade de auto-governo e autonomia, não é, contudo, definido qualquer padrão nas formas de governação (Gil, 2004, p. 197)
- e) Adesão voluntária – basear-se na adesão voluntária de seus membros (Gil, 2004); (Franco, 2005)

Na linha da segunda perspectiva, situam-se Salvatore e Rodrigues, propondo que as estruturas organizacionais ancoradas no Terceiro Sector se orientam por uma racionalidade substantiva, ou axio-racional, de acordo com os tipos ideais de orientação da acção social definidos por Weber. Entendendo-se como acção social todo o comportamento humano orientado para a conduta previsível de outros actores sociais, tendo implicações concretas e significados subjectivos, tanto para o agente em questão como para o seu interactor. Isto não quer dizer que os significados sejam partilhados, em muitos casos, cada parte assume atitudes, atribui propósitos e significações diferentes à sua interacção. Weber define quatro tipos ideais de orientação da acção significativa, de acordo com a racionalidade que lhe subjaz, isto é, de acordo com os objectivos geradores dessa mesma acção. E são eles, a racionalidade tradicional, a racionalidade afectiva, a racionalidade instrumental e a racionalidade valorativa ou axio-racional. Esta última é centrada no valor intrínseco das acções, sem ter em conta as suas expectativas de sucesso, em detrimento da articulação entre meios e fins, este tipo de orientação da acção baseia-se nos valores, normas, crenças e ideologias que os actores professam. É, neste sentido, anti-calculista e articula-se com a definição de objectivos estruturais da vivência dos actores (Weber, 1922 in (Giddens, 1972, pp. 251-267). Assim, organizações constituídas de acordo com estes princípios de acção tenderão a favorecer as seguintes premissas:

- i. Cooperação e responsabilidade solidária, colectiva e partilhada
- ii. Convivência de formas plurais de trabalho, compostas de assalariados, voluntários e outros parceiros
- iii. Trabalho em equipas, preferencialmente multidisciplinares, com ambiente propício ao desenvolvimento profissional e pessoal
- iv. Trabalho criativo, pois o ambiente é incerto e em constante transformação
- v. Havendo excedente, a sua utilização será para o bem da colectividade, e não para proveito individual (Rodrigues, 2004) (Salvatore, 2004)

É importante frisar que Weber não define esta tipologia com rigidez, os tipos ideais de racionalidade que não são necessariamente encontrados na realidade de forma pura. Estas diferentes formas de estruturação da acção social interseccionam-se nas relações entre agentes, e, são justamente as continuidades e descontinuidades do registo de acção de cada um deles que sedimentam, redefinem, anulam ou mantêm as relações sociais. O que se visualiza ao nível micro da interacção social pode também ser percebido nas relações entre actores organizacionais.

Independentemente da adopção de uma perspectiva jurídico-institucional ou analítica do Terceiro Sector, a relação entre este e o Estado é um factor de suma importância, sobejamente abordado na literatura. Esta relação fulcral constitui trave-mestra tanto do modelo institucional do próprio sector, como do modelo de Segurança Social e de Acção Social do próprio Estado, condicionando a melhoria da qualidade de vida, não só dos públicos excluídos, como da população em geral. De acordo com um relatório da UNESCO, de 2002, intitulado *Social Capital And Poverty Reduction*, não há qualquer contradição entre a responsabilidade estatal e o fortalecimento da sociedade civil, o segundo não implica uma anulação da primeira, pelo contrário, o desafio é a cooperação entre estes dois actores com funções distintas (UNESCO, 2002, pp. 60-61).

Um outro factor determinante, muitas vezes correlativo à relação acima mencionada, são as fontes de financiamento, entre as quais Yoffe identifica como mais comuns:

- i) as fontes internacionais, públicas ou privadas, no caso das organizações que têm uma sede internacional ou que estabeleceram acordos com organismos de cooperação internacional, como o caso da UE;
- ii) as fontes públicas locais: sejam do governo local, regional ou nacional. No Brasil, este tipo de fonte representa 16%, ao passo que a estimativa para o Hemisfério Norte era de 40%.
- iii) as fontes privadas: indivíduos, empresas, instituições, como fundações. Este tipo de financiamento representa 17% do orçamento das organizações.
- iv) venda de produtos ou serviços: importante forma de geração própria de recursos, representa 60% do financiamento das ONGs brasileiras, 70% no total da América Latina, mas apenas 44% no Hemisfério Norte (Yoffe, 2004, pp. 213-214).

As iniciativas organizadas da sociedade civil tem origens remotas, identificando-se, já no Séc. XIX, no contexto da degradação das condições de vida da classe operária e da tomada de consciência de que o agravamento das desigualdades sociais cria problemas económicos, travando o progresso, o surgimento de iniciativas inspiradas no socialismo utópico e no socialismo cristão que procuram desenvolver formas alternativas de actividade económica. Exemplos destas iniciativas são as cooperativas de consumo, as sociedades de socorros mútuos, entre outros (Quintão, 2004, p. 3). Desde então, as organizações do Terceiro Sector têm protagonizado uma importante evolução, analisada, entre outros, por David Korten que focou sobretudo o grupo das ONGD's (Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento), identificando um processo que, de forma geral, abrange transversalmente as OTS's – a passagem do modelo *assistencialista* desenvolvido no pós II Guerra Mundial a promover a uma lógica de capacitação das populações, posição que é permitida dado o alargamento dos recursos

materiais e imateriais destas organizações à escala global que lhes permite tomar parte dos processos de tomada de decisão política, estando em posição de desenvolver capacidade crítica face ao modelo de desenvolvimento vigente (Gil, 2004, pp. 166-168); (Queiroz, 2004, p. 42).

No que diz respeito às dimensões de acção destas organizações, elas são tão diversas como as descritas no *International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO*, um relatório desenvolvido em conjunto pelas equipas dos vários países participantes do *CNP Project*. Esta classificação é mais abrangente do que a classificação da CAE – Classificação das Actividades Económicas – o sistema mais usado em Portugal. O ICNPO inclui como áreas de actuação: cultura e lazer; educação e investigação; saúde; serviços sociais; ambiente; desenvolvimento e habitação; direito, advocacia e política; filantropia e promoção do voluntariado; cooperação internacional; religião; associações de empresários, associações profissionais e sindicatos; e ainda uma categoria aberta (Franco, 2005, pp. 25-26). Em suma, são organizações cuja missão se insere numa finalidade social, ou seja, procuram responder a problemas ou satisfazer propósitos sociais.

Em Portugal, os processos de participação democrática estão ainda a dar os primeiros passos, havendo *sérios problemas a nível da cooperação entre Estado e as OTS's*, e uma forte penalização das *instituições de carácter mais inovador, ou seja, menos ajustável ao Estatuto das IPSS's ou aos Acordos Típicos com a Segurança Social* (Ferreira, 2004, p. 83). Segundo Santos, *a capacidade das Organizações do Terceiro Sector chegarem à Agenda Política Nacional depende do seu grau de organização intersectorial*, devido à resistência da centralização do sistema de Segurança Social em que estão integradas as várias áreas: regime contributivo, regime não contributivo, serviços e equipamentos – acção social (Ferreira, 2004, p. 84).

O Terceiro Sector português, definido na Constituição como “*sector social*” que “*inclui os meios de produção geridos e detidos por cooperativas, por comunidades, por associações de trabalhadores, por pessoas colectivas, que seguem uma lógica mutualista, sem objectivo de lucro, tendo como objectivo primário promover o Bem-estar social*”, caracteriza-se assim por diversas fragilidades, sobretudo associadas à carência de financiamentos e à dependência perante o Estado, e ainda, à complexidade e ao carácter fragmentário do quadro legal que o regula.

1.2. Inovação Social

O conceito de inovação social surgiu nos anos 60 do século passado, tendo-se desenvolvido sobretudo nos anos 80, essencialmente no domínio do estudo dos processos institucionais do desenvolvimento socioeconómico. No contexto da actual sociedade pós-industrial, a necessidade de inovação social é uma reacção face às transformações da estrutura social e sua múltipla repercussão nas dinâmicas de exclusão social. Como nos diz Bassand, *A longa passagem da sociedade industrial capitalista à sociedade programada criou zonas de incerteza, fluidas, desreguladas, com enormes riscos de manipulação e alienação, mas, ao mesmo tempo, potencialmente inovadoras* (Bassand, 1986:37 in (André & Abreu, 2006, p. 127). É nessas áreas de incerteza que se criam os contextos para que vários tipos de organizações utilizem os seus recursos de forma a aproveitar oportunidades, vencendo adversidades, minimizando riscos, com intuito de responder aos desafios que enfrentam.

A inovação social é entendida como um processo de transformação nos padrões de resposta a necessidades sociais profundas, através da ruptura com as normas vigentes, com os valores instituídos e com a estrutura da distribuição de poder e recursos. Isto é, a inovação surge como uma iniciativa que *escapa à ordem estabelecida*, implicando, pois, *uma mudança clara, criativa e*

significativa, na forma como uma sociedade lida com um determinado problema social complexo, anteriormente sem respostas contundentes, como a pobreza, a violência ou a deterioração ambiental (Nilsson, 2003, p. 3). A inovação social pressupõe *uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura face aos processos tradicionais* (André & Abreu, 2006, p. 125). O foco está sobretudo no âmbito dos processos - *inclusão, capacitação e cooperação*; uma vez que, a própria proposta de *mudança social*, objectivo último desta articulação de estratégias, se situa a nível processual (André & Abreu, 2006, p. 126). Assim, encontramos na literatura referências consistentes a uma mudança no enfoque da intervenção social que passa de um trabalhar *para as pessoas* para um *trabalhar com as pessoas*, constituindo-se esta máxima como a primeira exigência metodológica de um processo de inovação social. A segunda exigência metodológica é o *trabalho em rede* – pois, só quando *as organizações saem fora das suas paredes*, encontrando formas de cativar a colaboração de outras entidades, se promove a efectiva mudança social (Monteiro, 2008, p. 12). É importante para as organizações perceberem que o sucesso dos seus projectos depende tanto das suas capacidades como da sua adesão pelo mercado e da probabilidade de atrair os parceiros desejados (Mulgan, 2009, p. 135).

Já a nível dos resultados, segundo Nilsson, a significância de um processo de inovação social mede-se não só pela *escala* que atinge – *número de pessoas, área geográfica*, como pelo seu *alcance* – *capacidade de agitar diversas dimensões sociais*, e, ainda pela *ressonância* que provoca – *a intensidade com que capta a imaginação das pessoas* (Nilsson, 2003, p. 3). O alcance implica uma abordagem integrada dos problemas sociais, percebendo que as suas causas são tão complexas como as formas que assumem, estando frequentemente interligadas diferentes dimensões da exclusão (ex: habitação degradada/insucesso escolar). A ressonância é a capacidade de uma determinada iniciativa social captar a imaginação dos indivíduos, de forma a integrar-se nas suas estruturas mentais, nas suas práticas sociais, promovendo uma reinterpretação e uma apropriação da mensagem que favoreça a sua reprodução (Nilsson, 2003, p. 3). Estes três critérios são fundamentais na análise de qualquer dinâmica de inovação social, visto que abrangem o seu potencial de difusão.

Segundo Mulgan, o desenvolvimento de um processo de inovação social assenta em três pilares estruturantes do sistema socioeconómico em que este se insira – *procura efectiva, oferta efectiva e estratégias efectivas*. A procura efectiva é o reconhecimento da necessidade social abordada por promotores directos – consumidores de produtos, serviços, ou voluntários, e, promotores indirectos – patrocinadores, fundações. A oferta efectiva é a nova ideia gerada para responder a essa necessidade ou necessidades, e as formas de a operacionalizar e expandir que lhe são associadas. As estratégias efectivas correspondem aos financiamentos, aos agentes envolvidos e às metodologias de aplicação que favorecem a absorção da inovação social pelos mercados. Este é habitualmente o pilar menos estável, *dado o número limitado de organizações e redes, assim como de profissionais de gestão na área, que permita estabelecer comunidades de prática, o que provoca a escassez de métodos e técnicas apropriados, levando os promotores a sentirem-se amadores* (Mulgan G. A., 2007, p. 5).

O desenvolvimento de uma iniciativa de inovação social é um longo processo evolutivo que conhece avanços e retrocessos, mediante as dinâmicas de resiliência dos sistemas sociais, definida como a capacidade de resposta dos sistemas aos problemas colocados pela constante contingência que resulta da sua própria evolução. Para perspectivar a relação entre a estabilidade de um sistema e as mudanças sistémicas, é necessário compreendê-la como um processo de mudança contínua e de interações multi-escalares (Moore, 2009, p. 8). Segundo Mulgan, a difusão de uma iniciativa passa, regra geral, por quatro fases: a primeira fase: de arranque ou de geração da ideia; a segunda fase: quando a ideia entra em contacto com a realidade pela primeira vez, experiência que tendencialmente necessita de algumas repetições antes de alcançar sucesso; a terceira fase: de germinação, momento crucial, em que se

procuram os parceiros, se avaliam os recursos e os caminhos para o crescimento, decidindo que padrão de difusão adoptar e definindo os seis elementos cruciais de estruturação de uma iniciativa, a saber:

- i. *Um modelo de negócio que acompanhe a missão da organização e que a torne sustentável;*
- ii. *Um modelo de governância que forneça um mapa claro do controle das operações permitindo a comunicação de resultados;*
- iii. *Um conjunto de fontes de financiamento – tanto para o arranque, como para a manutenção do projecto;*
- iv. *Um esquema de rede de cooperação (parceiros) e comunicação – o capital relacional da iniciativa;*
- v. *Um Modelo de staff (pessoal) que inclua o papel dos voluntários;*
- vi. *Um plano de desenvolvimento de sistemas de investigação, sistemas tecnológicos e de gestão da informação, de sistemas financeiros e de prestação de contas, de sistemas de distribuição (logística, controlo de qualidade, transparência) e de gestão do risco (Mulgan G. , 2009, p. 19).*

No que toca ao modelo de negócio, uma iniciativa de inovação social pode optar por uma estrutura privada de mercado, como a *Aravind Systems*, por um modelo de economia social, pela via do empreendedorismo social, entre outras possibilidades. O modelo de governância é igualmente fundamental, pois é este que vai definir como se efectiva a missão da organização ou iniciativa, sendo esta partilhada por todos os membros, as relações de poder dentro da organização, nomeadamente, a liderança e a propriedade, vão ter implicações no seu cumprimento. Quanto às fontes de financiamento, a tendência emergente é a criação de formas de propriedade colectiva, como, por exemplo, o *Ebbsfleet United*, um clube de *football* mantido e gerido pelos próprios fãs através de um website (myfootballclub.com) (Mulgan G. , 2009).

Por último, um processo de inovação social chega à quarta fase: de desenvolvimento, em que consolidando-se os princípios base da inovação, esta se poderá adaptar e evoluir em sentidos não previstos inicialmente. Pois, à medida que um projecto ganha experiência, todas as possibilidades e implicações da ideia inicial ganham forma e visibilidade. Particularmente, quando uma ideia é aplicada em contextos diferentes, encontrará combinações diferentes de possibilidades e desafios, que multiplicarão os processos de aprendizagem. Assim, a difusão de um processo de inovação social, implica antes de mais uma constante aprendizagem, maturação e adaptação simultâneas (Mulgan G. A., 2007).

A perspectiva ecossistémica é muito vantajosa para abranger todo o escopo da difusão de um processo de inovação social, visto que este se compõe, por um lado, de todas as condições ambientais, como as políticas e as estruturas administrativas; a economia e os mercados; a geografia e as infraestruturas; a cultura e os padrões sociais; e, por outro lado, inclui o papel dos actores, como: a organização promotora; as fontes de recursos; os concorrentes (por recursos ou benefícios); organizações complementares ou parceiras; beneficiários ou clientes (directos e indirectos); opositores; espectadores afectados ou influentes (potenciais apoiantes ou opositores e ainda agentes neutros) (Dees, 2008, pp. 49-51). Segundo Dees, da articulação entre os actores e as condições, resultam duas formas de promover mudança sistémica: alterar as condições ambientais que condicionam o comportamento dos actores, ou, introduzir uma inovação que se desenvolve de forma suficientemente estável e abrangente para criar novos padrões de comportamento dos actores (Dees, 2008, pp. 52-53).

Frequentemente, o trabalho em rede conduz a este segundo tipo de mudança estrutural, permitindo integrar de forma sistémica uma nova ideia na realidade social. Pelo seu carácter interinstitucional, esta ferramenta une os dois conjuntos de condições operativas, na medida em que transpõe os processos e metodologias de acção das organizações promotoras para

estruturas sociais mais amplas, podendo assim surtir impactos mais significativos nas dinâmicas socioespaciais. Aliás, a ideia de capital relacional – enquanto, *natureza*, alcance e profundidade das relações em que se baseiam as trocas de recursos, capital e informação (Mulgan G. , 2009, p. 135) centra-se na análise das redes multifacetadas com investidores ou patrocinadores, passando pelas relações com os voluntários integrados nos projectos, com a Direcção, muitas vezes, ela própria composta por voluntários, com os órgãos do poder local, central e europeu, às relações com as organizações e empresas parceiras.

É recorrente a utilização das redes de cooperação como meio de difusão de inovação social, contudo, não basta apostar na sua função de transmissão de informação e de plataforma de interacção de capital social. A estrutura de determinada rede é fundamental, na medida em que *uma rede com demasiados elos fortes poderá diminuir a diversidade de ideias e padrões, enquanto uma rede com demasiados elos fracos poderá cair na dispersão e na perda de informação, é assim crucial ter a mistura certa de bees and trees* ('abelhas e árvores', pequenas e grandes organizações) (Mulgan G. T., 2007, p. 5); (Moore, 2009). De acordo com Moore, ao longo do processo evolutivo de uma inovação social, determinadas relações dentro de uma rede serão mais cruciais do que outras (Moore, 2009, p. 15). Para a promoção de um efectivo desenvolvimento da inovação social, através da activação das capacidades de resiliência de um sistema, são fundamentais redes sociais que operem a um nível de excelência, isto é, não como simples meios de difusão, mas como plataformas de conexão e disseminação que atravessam fronteiras de escala, dimensão, sector de actividade ou nível hierárquico (Moore, 2009, p. 21).

Estas teias de relações constituem-se como *estruturas dinâmicas de capital relacional* que podem organizar-se por critérios geográficos – quer a nível local, caracterizado pela proximidade, tanto a nível interpessoal como interinstitucional (*bonding capital*), pela partilha de noções de identidade e pertença, quer a nível a regional/nacional (*bridging capital*), valorizando a cooperação entre comunidades distintas; ou segundo uma ordem desterritorializada, transnacional ou global, que se baseia *noutras proximidades (cultural, geracional, social), que configura não um território mas um espaço-rede composto por nós e por fluxos*. (Putnam, 2000 in (André & Abreu, 2006).

Na investigação que aqui apresentamos, centramo-nos no *bonding capital*, isto é, no critério geográfico de proximidade que, a nível local, permite a criação de redes de relações âncora, no seio das quais se partilham noções de identidade e pertença.

Com base nos critérios definidos por Nilsson, podemos classificar as dinâmicas de inovação social, em termos de – *escala, alcance e ressonância*. A lógica parece apontar que quanto maior a amplitude geográfica e o carácter multidimensional das redes, maior será o seu impacto nas dinâmicas sociais. Quanto ao critério de ressonância, este pode ser avaliado, a todos os níveis da rede, tanto nos indivíduos que são alvo das intervenções de inovação social, como naqueles que a operam (organizações, agentes), naqueles que a promovem ou se lhe associam (voluntários, parceiros, patrocinadores), ou são de alguma forma afectados por ela (comunidade envolvente ou sociedade em geral).

1.3. Desenvolvimento Espacial

O conceito de desenvolvimento espacial vem auxiliar o entendimento da perspectiva ecossistémica da difusão de inovação social, visto que ambos propõem uma focalização integrada e dinâmica do espaço e do desenvolvimento: na interacção entre condições ambientais e actores presentes nos territórios.

Dada a alocação geográfica das populações, dos serviços e dos recursos, a dimensão espacial do desenvolvimento é inerente à constituição das próprias sociedades, as geografias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento são espelho dessa realidade. É importante compreender a amplitude de escalas de análise da espacialização do desenvolvimento – local, regional, inter-regional e global – escalas que não são estanques, mas porosas, inter-relacionando-se e sobrepondo-se em diversas dimensões.

Para compreender o conceito de desenvolvimento espacial deve observar-se, antes de mais, a dialéctica entre espaço e sociedade, *space is place*, ou seja o espaço é socialmente construído, assim como as sociedades são construídas no espaço de tal forma que, como um espelho, o próprio espaço ganha identidade social, reproduzindo as condições sociais que o moldaram (Soja, 2009). Citando Castells, *O espaço não é um reflexo da sociedade, é a sociedade* (Marques, 2004, p. 9). Esta constante evolui mediante dois pilares estruturantes da própria condição humana: a dualidade espaço-tempo e o binómio indivíduo-sociedade.

A noção de tempo é fulcral, em particular, a visão de futuro ao potenciar a acção, tanto individual como colectiva, que irá impor-se sobre o território (Schutz, 1932). Somos seres temporais na medida em que nos projectamos num futuro através de escolhas presentes baseadas em experiências vividas e em valores e crenças reinterpretados. A espacialidade é, em si, constituinte da própria experimentação humana da realidade, tudo o que ocorre, ocorre em algum lugar. E sendo um lugar, uma construção social sobre o espaço em que nos movemos, tanto somos seres sociais, como espaciais. A realidade que experienciamos, enquanto seres pensantes e produtores de conhecimento, tem um carácter inevitavelmente espaço-temporal. A este respeito, convém explorar as ideias de Massey sobre o carácter integrado da dualidade espaço-tempo, que a autora considera central para os desafios actuais das ciências sociais. Para o compreender devemos perceber as múltiplas temporalidades, as múltiplas histórias que interagindo entre si, na sua relação com a espacialidade, dão forma ao futuro, um futuro que é construído, antes de ser predizível. Isto implica, por de parte o determinismo histórico e as concepções simplistas, unitárias e ou etnocêntricas da História, abrindo-nos horizontes para a realidade multifacetada e o carácter aberto da própria história (Massey, 1999, pp. 7-8).

Quanto ao binómio indivíduo-sociedade, a condição de indivíduo implica ser portador de determinados padrões sociais, inculcados através do contínuo processo de socialização em que a consciência e a própria personalidade se formam, integrando os valores, normas e comportamentos próprios a determinada cultura, com determinada historicidade. Em processo recíproco, é esse indivíduo portador de símbolos e representações socialmente adquiridas que tem o poder, não só de reproduzir, como de renovar significações e, com elas, padrões de conduta. O património simbólico é produzido no domínio intersubjectivo das relações entre indivíduos e grupos sociais que reproduzem e modificam símbolos anteriormente construídos, nomeadamente, em torno de determinados lugares. Assim se constrói socialmente o mesmo espaço, que tornado lugar antropológico, molda a interacção dos indivíduos em sociedades determinadas histórica e geograficamente.

Ora, desenvolver é planejar, e todo o acto de planeamento se depara com as temporalidades e espacialidades que nos condicionam. Assim, pensar o desenvolvimento implica, antes de mais, uma reflexão espaço-temporal: como distribuir espacialmente recursos de forma a satisfazer as necessidades prementes, permitir a prosperidade e corresponder às aspirações de uma dada comunidade? Ao tentar responder ao desafio do desenvolvimento, devemos antes de mais analisar as problemáticas, observar e consultar os actores em interacção no espaço-tempo em que nos movemos. Pois é nesse espaço-tempo que podemos operacionalizar os três vectores do desenvolvimento sustentável, o que só pode conseguir-se em pleno com a participação de todos os actores económicos e sociais que moldam a face dos lugares e construirão as futuras formas espaciais e estruturas sociais. A construção de um futuro próspero em Bem-Estar, sendo o propósito de todo o desenvolvimento, depende da possibilidade de participação todos os seres humanos, porque os indivíduos são actores de mudança, e não destinatários passivos das estruturas.

As grandes questões acerca do desenvolvimento prendem-se, primeiramente, com a forma como deve ser feita a gestão colectiva dos recursos e serviços necessários à satisfação das necessidades humanas, como devem ser organizados os sistemas político-administrativos para garantir a sua própria sobrevivência e o bem-estar das populações que os constituem.

Uma outra peça-chave para a construção da visão de desenvolvimento que aqui adoptamos, é a noção de justiça espacial – entendida como a perspectiva integrada da justiça social e política numa determinada área geográfica. A acepção espacial permite-nos avaliar tanto os resultados dos sistemas de redistribuição, como os graus de acesso e participação nos processos de tomada de decisão, quer a nível quantitativo, quer qualitativo. Permite-nos ainda transpor barreiras disciplinares e propor metodologias de promoção da justiça e da democracia. Analisando as realidades multi-escalares a que vivemos, percebe-se claramente a causalidade espacial da justiça, nomeadamente na face do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (Soja, 2009, pp. 32-33).

No que respeita à criação de justças e injustças, os estudos focam sobretudo as realidades vivenciadas nas aglomerações urbanas. Referindo-se não apenas a processos de segregação, mas a todos os efeitos da centralização geográfica das decisões necessária à economia capitalista. A organização político-administrativa do território é sem dúvida um gerador fundamental de (in)justiça, que diferencia os níveis de acesso das populações a bens e serviços, como à participação política (Soja, 2009, p. 34).

Marcuse explora a relação dinâmica entre (in)justiça espacial e (in)justiça social, defendendo que a injustiça espacial resulta da injustiça social, portanto as causas da injustiça espacial têm que encontrar-se no contexto socioeconómico e político em que se produzem. Contudo, a expressão espacial das injustiças sociais tem que ser tida em conta e abordada sempre que se pretende combater as causas da injustiça social. O contexto espacial tende a reproduzir os efeitos da injustiça social, não se tratando apenas de uma variável dependente, o espaço multiplica as desigualdades sociais nele inscritas. Portanto, sendo necessário tratar as duas dimensões da (in)justiça como um todo, os projectos de promoção de justiça num determinado território não podem ter apenas em conta a justiça espacial, as causas presentes nos sistemas sociopolíticos e nas desigualdades socioeconómicas têm que ser também abordadas (Marcuse, 2009, p. 54). Esta reflexão espelha de forma concisa e coerente a imbricação entre contextos espaciais e condições sociais, económicas e políticas, necessária a uma verdadeira acepção da realidade.

O conceito de justiça associa-se directamente à noção de equidade que é perspectivada por John Rawls como a efectiva acepção da justiça. Em *Justice as fairness* (justiça como equidade), sustenta que o princípio básico da justiça é a garantia da maximização dos padrões mínimos de Bem-Estar - o princípio de *maximin* – a maximização dos mínimos sociais. Portanto, a existência

de desigualdade de oportunidades deve levar à ampliação das oportunidades daqueles que tenham menos (Rawls, 2001). Este princípio baseia-se nos critérios de *diferença* – o reconhecimento de desigualdades sociais e económicas deve resultar na atribuição de benefícios aos mais desfavorecidos, e, de *liberdade* – cada um tem direito ao mesmo grau de liberdade que termina onde começa a liberdade do outro, resultando que os graus de liberdade de cada um são interdependentes.

Assim, a visão de Rawls afasta-se claramente das interpretações da justiça como igualdade, assumindo declaradamente a existência inevitável de desigualdades sociais. Contudo, as desigualdades só podem ser admitidas como consequência do exercício de cargos e funções acessíveis a todos em condições de justa igualdade de oportunidades. Podemos aqui fazer uma ponte para o ideal de justiça afirmado no Manifesto do Partido Comunista, por Marx e Engels, *tratar igual o que é igual, tratar diferente o que é diferente*, que em curtas palavras expõe a necessidade de atribuição de benefícios àqueles cujas oportunidades são mais limitadas (Marx, 1998 (21 de Fevereiro de 1848)).

O carácter racional das premissas rawlsianas permite-nos não só reflectir sobre o mundo, como agir sobre ele e transformá-lo, pois a acção é o objectivo último de todo o pensamento. Ora, se observarmos a realidade da grande maioria dos países, vemos facilmente que a maximização dos mínimos sociais não é eficiente, as desigualdades sociais estão longe de aumentar as possibilidades dos mais desfavorecidos. É sobre esta realidade, nomeadamente sobre as desigualdades em níveis de desenvolvimento, que importa agir no sentido da mudança, respeitando princípios universais de justiça (Bret, 2009). O conceito de justiça incorpora assim uma dimensão de agência, uma componente prática de projecto em construção, abordada por Brawley ao reflectir sobre a importância de uma prática de justiça espacial em tempos de crise económica. No contexto norte-americano da crise financeira que mais abalou esta nação desde os anos 30, a autora insurge os actores políticos a recuperarem a sua relação com o público enquanto cidadãos e não meramente como parte da paisagem. Esse passo é fundamental para por em prática a justiça espacial que passa também pela denúncia das desigualdades espaciais e sociais e do uso ilegítimo do poder estatal e económico em variados aspectos da vida colectiva como – a segregação crescente, a vigilância urbana, a aquisição privada de infra-estruturas públicas, a crescente militarização de fronteiras nacionais e municipais (Brawley, 2009, p. 27).

Comparativamente com ideias que lhe estão associadas como liberdade e igualdade, o conceito de justiça tem atraído mais atenção por ser considerado mais concreto e operacionalizável, mais capaz de superar barreiras étnicas, de classe e de género, entre outras, que dificultam a partilha de significados. Diversos movimentos sociais de nova geração se têm mobilizado em torno da defesa dos direitos de variadíssimos grupos sociais e comunidades. Nomeadamente, a defesa do direito à cidade está historicamente enraizada na evolução de várias aglomerações urbanas por todo o mundo, entre as quais se inclui a cidade do Porto (Rodrigues M. , 1999)). Expressando a importância global deste movimento, em 2005, no Fórum Social Mundial, foi realizado um simpósio intitulado *World Charter of the Rights to the City* (Soja, 2009, p. 36). O direito à cidade como o enuncia Lefebvre vai para além do direito de habitar uma cidade pré-concebida, passa pelo direito de modelar as formas, suportes e mecanismos que organizam a vida em sociedade. Aqui, salienta-se a importância da justiça no acesso aos processos de tomada de decisão, uma dimensão de governância que nas cidades assume maior expressão. Ainda que hoje, em contexto de crise económica, as cidades estejam a perder em democraticidade nos processos de planeamento e gestão, justificando-se, por exemplo, o benefício privado de estruturas públicas com as necessidades inquestionáveis de crescimento postas em causa pela crise. O processo de *desdemocratização* assinalado por Lisa Brawley deve ser tido em conta quando falamos de desenvolvimento, visto que da mesma forma que o direito ao local, ou à cidade, o desenvolvimento só pode ser equacionado na presença e com a participação de uma população que dá vida aos lugares (Brawley, 2009). Como aliás, já defendia

Geddes, nas suas experiências pioneiras em planeamento urbano, nas primeiras décadas do séc. XX, na Índia.

Assim, se as principais questões a respeito do desenvolvimento concernem a distribuição dos recursos e a organização das actividades socioeconómicas de acordo com critérios de eficácia (capacidade de atingir objectivos) e eficiência (capacidade de rentabilizar meios na prossecução de fins), a articulação entre estes critérios deve adequar-se ao ideal de justiça como equidade (maximização das oportunidades de todos, privilegiando os mais desfavorecidos, no sentido de garantir a igualdade de oportunidades). A justiça assume-se como condição e, ao mesmo tempo, como objectivo central do desenvolvimento, dando propósito aos processos de decisão e planeamento público. Como aliás, o enuncia Marcuse, a respeito do planeamento urbano: a justiça (*a cidade justa*) é o *objectivo último do planeamento, não um objectivo entre objectivos, e não apenas de vários planos, mas do planeamento em geral* (Marcuse, 2009, p. 49).

Esta visão da justiça como o garante da liberdade económica, social e política dos cidadãos e, da satisfação das mesmas como a realização plena do objectivo último do desenvolvimento - o Bem-Estar social, é fundamental para o processo de mudança sistémica que a inovação social preconiza.

2. Abordagem ao Objecto de Estudo

Por se entender que o objecto de análise em ciências sociais passa também pela acção desenvolvida pelos actores sociais mediante os significados que eles próprios lhe atribuem (*meaning-in-action*), a metodologia adoptada para esta investigação é de tipo qualitativo ou interpretativo. Ora, o significado atribuído pelos actores às acções em que estão implicados é produto de um processo de interpretação que desempenha um papel chave na vida social, pois lhes permite construir conhecimento acerca dos contextos que os rodeiam, e, os conduz a determinadas acções. Assim, compreendemos que a acção social se rege por formas de causalidade específica, avessas à uniformidade, visto que as acções humanas dependem de um conjunto de opções de significados, estando portanto abertas à mudança e à inovação (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, pp. 39-40). Deste modo, só uma metodologia que abarque simultaneamente a dimensão material e imaterial da realidade pode apreender *a relação entre a perspectiva dos actores e as condições ecológicas da acção* (Erickson, 1986:127 in Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 41). Justamente, uma importante trave do nosso quadro teórico se estrutura nesta relação, definindo Dees a perspectiva ecossistémica da inovação social com base na relação entre os actores e interactores dos projectos inovadores, de um lado, e, do outro, as condições ambientais que formam as estruturas geográficas, económicas e sociais.

Do quadro teórico, desenvolvemos um conjunto de hipóteses que procuramos testar por meio de objectivos específicos, esboçando uma estrutura orientadora do projecto de investigação, que aqui, apresentamos.

Tabela 1 – Projecto de Investigação

Eixo estruturante – dimensão de análise		Hipóteses	Objectivos específicos
Processos/princípios	Significância dos resultados		
Dimensão interaccional		Hipótese	Objectivo
Trabalhar com e não para	Escala + Alcance	A interacção entre membros com diferentes condições socioeconómicas, de diferente origem sociocultural e com diferentes problemas sociais pode ampliar as representações sociais das populações-alvo, no sentido de favorecer a sua inclusão social	Compreender que efeitos provoca, a interacção com o staff, os voluntários e outros interactores, nas representações da população-alvo sobre os seus interactores e auto-representações, e qual é a percepção dos interactores sobre esta interacção
Dimensão identitária		Hipótese	Objectivo
Trabalhar com e não para	Ressonância	A reinterpretção da ideia inovadora pelos membros (internos e externos) é inerente às dinâmicas de inovação social	Avaliar a presença ou ausência dos princípios de inovação social nas organizações, através da análise dos padrões valorativos dos diversos membros sobre a organização/projecto e o seu envolvimento na mesma/o
Dimensão cívica		Hipóteses	Objectivos
Trabalhar com e não para	Ressonância + escala	As experiências de voluntariado afectam não só as representações dos voluntários, como dos membros internos e da população-alvo sobre o papel do indivíduo na sociedade	Analisar as representações sobre o voluntariado pelos voluntários, membros internos e externos e populações-alvo, de forma a compreender a sua importância na construção da perspectiva de cada actor sobre o papel do indivíduo na sociedade
Trabalho em rede	Ressonância	As experiências de cooperação entre OTS's favorecem o reconhecimento interno do papel do terceiro sector na promoção da cidadania	Analisar a associação entre os papéis atribuídos, ao cidadão, ao terceiro sector e a importância dada à cooperação intrasectorial pelos membros das organizações
Dimensão inter-organizacional		Hipótese	Objectivo
Trabalho em rede	Alcance	A cooperação entre diferentes actores socioeconómicos demonstra capacidade de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas	Compreender as perspectivas dos diferentes membros das possibilidades que a cooperação entre agentes com diferentes papéis socioeconómicos apresenta para o desenvolvimento espacial
Dimensão inter-escalar		Hipótese	Objectivo
Trabalho em rede	Escala	A utilização de dinâmicas globais de cooperação pode favorecer as auto-representações da população-alvo, nomeadamente no que diz respeito ao seu papel na comunidade	Avaliar a presença ou ausência de interacção entre a escala global e local nestes projectos, em termos da intensidade de contacto da população-alvo com esta interacção global

Passando ao pólo técnico da metodologia, escolheram-se, como unidades de observação, organizações e projectos do Terceiro Sector no âmbito da inovação social, que se constituíram em casos de estudo.

Os casos de estudo foram seleccionados a partir de entrevistas com informantes privilegiados cuja experiencia no Terceiro Sector e particularmente em projectos de inovação social nos serviu de referência. Uma condição prévia foi a localização geográfica dos casos de estudo que por razões logísticas e, para proporcionar uma comparação mais fidedigna, se restringiu à Região Norte.

Após a análise de vários projectos e organizações, de acordo com as indicações dos informantes e com o precioso recurso à base de dados da Iniciativa EQUAL, através da participação em conferências sobre a temática, foram realizadas cinco primeiras entrevistas das quais seleccionamos os três casos em estudo.

Assim, o suporte empírico desta investigação centrou-se na realização de entrevistas (uma média de 6 por caso, com a duração média de 75 minutos) a vários actores, entre a população-alvo, os fundadores, os técnicos, os voluntários e outros colaboradores. Ainda que no terceiro caso de estudo, tenhamos apenas avaliado as representações da população-alvo, que ao contrário do que ocorre nos outros dois casos, não se trata de população excluída, mas sim, de membros de OTS's participantes no projecto Igualdade de Género como Exercício da Cidadania organizado pela ANIMAR. O papel da Animar enquanto organização promotora deste projecto foi abordado em entrevistas exploratórias com as técnicas da mesma, compreendendo-se aqui que a iniciativa se centra sobretudo na temática que a move e na promoção desta pelas entidades participantes, não tanto no fortalecimento de relações entre os membros da rede, ou no papel da rede em si no âmbito da temática. Por este motivo, e, devido aos constrangimentos geográficos envolvidos, considerou-se uma perda menor, a não inclusão dos actores da entidade promotora do projecto, ainda que se reconheça aqui uma lacuna na análise a este caso de estudo.

Optamos pela técnica da entrevista, por permitir aceder ao discurso dos actores, na sua dupla função de meio de expressão de práticas e opiniões, e de manifestação das representações sociais em que estas se baseiam, reveladoras da forma como os actores perspectivam as estruturas em que se inserem e nelas se posicionam (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy, & Saint-Georges, 1997, p. 90).

Justamente, por considerar importante compreender o mundo segundo a perspectiva do actor, é necessário ir ao seu encontro no seu próprio ambiente (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy, & Saint-Georges, 1997, p. 91). Assim, as entrevistas foram complementadas pela observação directa, assistindo ao primeiro dia da 3ª workshop do projecto Igualdade de Género como Exercício da Cidadania, que consistiu na apresentação do diagnóstico das práticas de Igualdade de Género das organizações, seguida de uma breve discussão de cada tópico analisado em pequenos grupos pelos participantes, e, na apresentação da Campanha *Igualdade é Desenvolvimento* associada ao projecto. E ainda pela observação participante, em cinco dias de construção da Habitat: a 2 e 3 de Junho, com uma equipa internacional de uma associação universitária de inspiração cristã - Envivo, com sede em Salamanca; a 11 de Junho com a equipa da Saint Julian's School, com sede em Lisboa; e, a 18 e 19 de Junho, com uma Equipa Global Village oriunda dos EUA. Assim como, em 2 sessões de ateliês do Espaço t: uma delas no ateliê de canto, a 16 de Junho, e a outra no de jornalismo, a 17 de Junho. Para o caso da Habitat, as entrevistas presenciais foram ainda contrapostas com entrevistas não presenciais directivas, realizadas a três equipas de voluntários internacionais, após a realização de programas de voluntariado, durante Abril, Maio e Junho de 2010. O motivo da opção por entrevistas não presenciais consistiu na impossibilidade de entrevistar os voluntários em solo nacional após a realização dos programas. O suporte empírico incluiu também a análise de documentação

fornecida pelas organizações e conversas informais com os membros das mesmas, no sentido de clarificar alguns dados.

O recurso às técnicas de observação permite triangular os dados obtidos nas entrevistas, complementando a análise do discurso com a análise da postura dos actores em interacção. A observação participante permite captar *o mundo do não-dito*, do implícito, de acordo com a afirmação de Erickson de que *as pessoas sabem muito mais acerca dele do que aquilo que são capazes de exprimir* (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 54), como aliás, a etnografia tem demonstrado, desde Malinowski, no início do séc. XX. A observação participante permite incorporar uma dimensão descritiva do objecto de estudo e, pela participação activa do investigador como elemento do grupo, dá-lhe a possibilidade de captar a perspectiva interna do mesmo (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 156). Contudo, neste curto estudo, tivemos apenas a possibilidade de realizar alguns momentos de observação participante, não cumprindo com o preceito de que a observação participante implica uma integração do observador no grupo em análise por um período de tempo de média a longa duração. Por este motivo, os elementos passíveis de análise resultantes da aplicação desta técnica são limitados, mas, ainda assim, preciosos, pela possibilidade de experienciar as vivências juntamente com os actores e captar os significados partilhados em acção (*meaning-in-action*) (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 39). Para esta análise recorreremos às notas descritivas de terreno e às pistas interpretativas anotadas, paralelamente, sobretudo no final dos momentos de observação, de acordo com uma grelha de observação estruturada previamente, segundo os objectivos do estudo (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990, p. 158).

A análise das entrevistas baseou-se na técnica da análise de conteúdo, que permite *analisar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade* (Quivy & Campenhoudt, 1992, pp. 225-227), ainda que *tributária do corpus e dos fins que se procura atingir*» (Poirier, 1999), não seja *um método infalível e objectivo que chegue necessariamente aos mesmos resultados independentemente do analista*, uma vez que *uma análise totalmente objectiva da linguagem humana é impossível* (Demazière & Dubar, 1997).

Sendo o nosso propósito apreender as representações sociais dos entrevistados, analisamos os seus discursos destacando os temas e as associações entre temas mais frequentes, de forma a captar, não só os significados manifestos, como a expressão dos mecanismos de produção de sentido. Para começar, procedeu-se à transcrição das entrevistas, e em seguida, à sua redução em resumos, seleccionando a informação pertinente para o estudo. Depois, seguindo um procedimento semi-indutivo, construímos categorias de análise a partir do próprio material, sem perder de vista as variáveis relacionadas pelos objectivos subjacentes a cada grupo de questões, comparando sistematicamente as passagens dos discursos dos vários actores, em cada tópico do guião de entrevista. Inicialmente, testamos a técnica num grupo de três entrevistas mais frutíferas de actores dos diferentes casos de estudo e com papéis diversos no seu seio, de forma a facilitar uma primeira interpretação. No final desta etapa, esboçamos um modelo de análise das entrevistas que serviu de fio condutor para toda a posterior interpretação de associações e dissociações em cada discurso, e, entre os diversos discursos. Em seguida, integramos nesta estrutura analítica os resultados dos momentos de observação e, avaliamos a proximidade ou distanciamento das representações manifestas, num primeiro momento, face aos pressupostos teóricos, e, num segundo momento, face às relações entre variáveis que sustentam as hipóteses lançadas, de modo a proceder à validação destas (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy, & Saint-Georges, 1997, pp. 127-134). É com base nesta estrutura que apresentamos a respectiva análise dos casos de estudo, no ponto seguinte.

3. Análise dos Casos de Estudo

3.1 Breve Descrição

Os três casos que darão objecto empírico a este estudo serão: o projecto de *Igualdade de Género como Exercício da Cidadania* (a partir daqui, IGEC) desenvolvido pela Animar, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local, que se constitui como uma rede de cooperação territorial de ADL's e outras organizações, em 1993; a proposta de integração pela arte de pessoas com diversos problemas no âmbito da Saúde e do Bem-estar, do *Espaço t*, criado em 1992; e, a alternativa de combate à pobreza habitacional, da *Associação Humanitária Habitat*, filial da Habitat For Humanity International, fundada em 1996. Os três casos operam na Região Norte, em áreas urbanas e peri-urbanas. O primeiro caso insere-se na dimensão inter e intrainstitucional da mudança acima descrita, ou seja, no processo de capacitação das próprias organizações do Terceiro Sector como agentes de mudança. O segundo caso, trata-se de uma IPSS que opera no Porto e na cidade da Trofa, onde os processos de exclusão social em contexto urbano são preocupações crescentes. O terceiro caso, tendo um raio de acção que abrange o distrito de Braga, e mais recentemente, a cidade de Amarante, promove a articulação de redes interinstitucionais e sociais que interligam áreas urbanas e peri-urbanas.

3.2 Análise transversal

Na análise dos casos de estudo, num primeiro momento, avaliamos os diversos pontos do modelo de análise das entrevistas, procurando interpretar os discursos dos membros de cada organização, e, encontrando proximidades e dissemelhanças entre estes. Recorremos à informação recolhida nos momentos de observação directa e participante e nas entrevistas não presenciais aos voluntários internacionais da Habitat, como meio de triangulação das fontes de informação, no sentido, de confirmar coincidências ou detectar desfaseamentos entre as representações. Num segundo momento, consideramos a verificação ou refutação das hipóteses propostas, apresentamos essa informação condensada na tabela 2.

Num terceiro momento, tentamos articular conceitos importantes da literatura com os resultados analisados. A nível das redes constituídas pelas duas primeiras organizações, percebemos que as indicações de Moore e Mulgan, a respeito da constituição de uma rede de difusão de inovação social poderiam ser úteis. De acordo com Mulgan, importa ter a mistura certa de *bees and trees* (pequenas e grandes organizações), assim, no caso da AHH, seria proveitoso integrar mais *bees* na rede de cooperação, nomeadamente organizações locais centradas noutras problemáticas sociais, que em cada localidade pudessem fazer o acompanhamento social que para Habitat é dificultado, dado o seu foco na construção. Estas relações ampliariam o alcance da iniciativa de forma mais consistente e acompanhada, a outras dimensões da exclusão, favorecendo a potencialização do capital humano e social das populações. Por outro lado, seria benéfico para o reconhecimento nacional da organização, apostar em relacionamentos com entidades públicas não locais, algumas *trees*, mesmo que a nível de voluntariado ou colaboração em projectos específicos ou eventos de angariação de fundos. No caso do Espaço t, ainda que encontremos algumas *trees* entre os parceiros empresariais, como a RTP na divulgação do spot publicitário, parece-nos útil assinalar que as relações com estas entidades poderiam ser aprofundadas para dar frutos mais corpóreos, o mesmo podendo dizer-se para algumas relações com organismos públicos, no sentido de potenciar a angariação de recursos, ampliar a difusão da ideia inovadora, implicando outros agentes na melhoria do bem-estar da comunidade.

Tabela 2 – Avaliação da validade ou invalidade das hipóteses

Hipóteses	Respostas
Dimensão identitária	
A reinterpretção da ideia inovadora pelos membros (internos e externos) é inerente às dinâmicas de inovação social	Confirma-se a hipótese para todos os casos de estudo
Dimensão interaccional	
A interacção entre membros com diferentes condições socioeconómicas, de diferente origem sociocultural e com diferentes problemas sociais pode ampliar as representações sociais das populações-alvo, no sentido de favorecer a sua inclusão social A interacção entre OTS's que trabalham diferentes problemáticas, em diferentes localidades e distritos da Região Norte, pode favorecer a ampliação das suas representações, no sentido de potenciar um trabalho social inclusivo e mais efectivo	Habitat: Confirma-se a hipótese, pelo alcance da iniciativa que tornou possível uma mudança significativa nas vidas de diversos membros, ampliando as suas representações de forma a favorecer a sua inclusão social. Espaço t: Confirma-se a hipótese, pela centralidade das interacções criadas, pela escala das mesmas e pelo alcance demonstrado, ampliadores das representações da população-alvo de forma a favorecer a sua inclusão social. Projecto IGEC: Refuta-se a hipótese. Este projecto poderá potenciar um trabalho social mais inclusivo e efectivo no âmbito desta temática, contudo este resultado não é directamente provocado pelas relações ou pelas interacções, mas sim pela formação/acção desenvolvida
Dimensão cívica	
As experiências de voluntariado afectam não só as representações dos voluntários, como dos membros internos e da população-alvo sobre o papel do indivíduo na sociedade	Habitat: Confirma-se a hipótese, dado o papel central do voluntariado na organização Espaço t: Refuta-se a hipótese, demonstrando-se as fragilidades da prática voluntária
As experiências de cooperação entre OTS's favorecem o reconhecimento interno do papel do terceiro sector na promoção da cidadania	Projecto IGEC: Refuta-se a hipótese. Ainda que se evidencie a demarcada importância da cooperação entre OTS's, carecemos de uma análise longitudinal para compreender a relação entre este projecto de cooperação e a concepção do papel do Terceiro Sector
Dimensão inter-organizacional	
A cooperação entre diferentes actores socioeconómicos demonstra capacidade de favorecer o desenvolvimento espacial e promover comunidades mais coesas	Confirma-se a hipótese para todos os casos de estudo
Dimensão inter-escalar	
A utilização de dinâmicas globais de cooperação pode favorecer as auto-representações da população-alvo, nomeadamente no que diz respeito ao seu papel na comunidade	Habitat: Refuta-se a hipótese, visto que as experiências de interacção com a escala global têm efeitos no sentido da reflexão do seu entorno e não de auto-reflexão Espaço t: Refuta-se a hipótese, dado o carácter esporádico das interacções com a escala global Projecto IGEC: Refuta-se a hipótese, dada a ausência de interacção com a escala global

4. Conclusões

Não há processos perfeitos num mundo imperfeito.

Este estudo trouxe-nos um enfoque realista, diversificado e, ao mesmo tempo, aprofundado às dinâmicas específicas destas iniciativas do Terceiro Sector, no actual contexto de mudança de paradigma nas respostas sociais que a inovação social representa.

De uma forma geral, vimos que os modelos ideais não se aplicam à realidade observada, e detectamos junto dos actores a consciência de que não há processos perfeitos, e, como tal, perante a imperiosa complexidade dos problemas sociais, as iniciativas necessitam manter o seu foco de acção de forma clara e determinada, tentando, sim, melhorar os processos, mas almejando sempre os resultados.

Então, a nível de processos, analisamos dificuldades nos três casos de estudo, que poderão fazer parte do seu processo de aprendizagem organizacional e assim, constituir importantes trunfos. Como no primeiro caso, a potencialização da dimensão interaccional, através da integração das famílias como voluntárias em obras de novos proprietários Habitat, que na organização mãe faz parte dos critérios de selecção de famílias.

No segundo caso, a possibilidade de maximizar dimensão inter-institucional, especificamente nas relações com entidades investidoras, com a realização de eventos conjuntos para fomentar relações e mediatizar as organizações, ou com programas de formação e/ou voluntariado para os colaboradores das entidades parceiras. Justamente, integrar voluntários é outra dificuldade sentida nesta organização, portanto, a realização de programas estruturados de voluntariado com actuais parceiros, na forma de workshops, ou ciclos de workshops ou eventos, poderia, não só, fortalecer as relações de parceria como alargar o número de voluntários.

No terceiro caso, percebemos fragilidades ao nível da dimensão interaccional, justificadas pela descontinuidade do projecto, no tempo e no espaço, e por dificuldades próprias às organizações envolvidas. Estas são condicionantes que a realização de projectos com esta dimensão envolve, contudo, a possibilidade de uma calendarização menos faseada permitiria garantir maior participação das organizações e viria facilitar o estabelecimento ou consolidação de relações entre os participantes.

Por outro lado, encontramos também pontos muito positivos nas três iniciativas, como já referido, no primeiro caso, a participação activa da população-alvo no processo, a frutífera inclusão dos voluntários na vida da organização e a funcional cooperação com órgãos do poder local e entidades do sector privado; no segundo caso, a capacitação da população-alvo, a abordagem integrada aos problemas biopsicossociais facilitada pelo meio da arte, e a produtiva cooperação com organismos públicos e OTS's; no terceiro caso, a eficácia na exploração da temática da Igualdade de Género que impulsionou a determinação das participantes em fazer uma abordagem integrada à temática junto das suas comunidades.

A consciência da complexidade social (*o social hoje em dia está um caos! Assusta trabalhar o social hoje em dia!* (VI)¹) é fortemente apoiada por uma convicção da necessidade de uma mudança social (*os ricos querem ser ricos e por serem ricos vai ter que haver sempre pobres* (IX)) que promova as relações humanas (*as pessoas acho que deviam se ajudar mais (...) há muita desunião, muito individualismo* (XVI)) que fortaleça a cooperação intersectorial centrada no reconhecimento do papel das OTS's, por parte do Estado e dos agentes privados. Pois, as organizações sociais *conseguem fazer a diferença, (porque (...)) trabalham in loco, não é?(X)*, desenvolvendo uma *relação de apoio e de confiança(...)* (*que é muito a relação com o desenvolvimento(VII)*), podem funcionar como catalisadores do estabelecimento de relações funcionais. Extrapolando, podemos relembrar Charles Leadbeater, quando afirma que os serviços públicos só terão qualidade quando atribuírem às pessoas um papel activo, isto é, quando deixarem espaço às soluções locais baseadas em relações humanas funcionais (Leadbeater, 2009).

São abordados os vários papéis do Terceiro Sector, quer como fonte de respostas sociais e apoio de proximidade às populações, quer como promotor da cidadania, e, ainda como, criador de valor económico. Compreendendo-se que a cooperação estreita entre organizações sociais é fundamental para o fortalecimento do sector, tanto para o desenvolvimento de projectos, como para se constituir como grupo de pressão face aos decisores políticos. E neste ponto, é particularmente pertinente a questão da cidadania, que vários técnicos associam ao seu papel profissional, numa simbiose entre a noção de dever cívico e a função profissional, devida à proximidade e ao carácter humano das relações estabelecidas, que chega a motivar a extensão do papel profissional através do voluntariado. Se as organizações do Terceiro Sector *são parte de uma atitude cívica específica*, são-no porque promovem a cidadania, dando voz aos que estavam silenciados, e porque exercitam a cidadania, no seu interior, não só em termos políticos, mas em termos de relações humanas² (Ferreira, 2004, p. 82).

Ora, a cidadania, cujo exercício implica o relacionamento entre seres humanos, a consciência de direitos e deveres, a noção de ajuda ao próximo, a definição de objectivos e meios de cooperação comunitária, é associada ao voluntariado, enquanto meio de contribuição, e ao associativismo, enquanto meio de prossecução de objectivos e de participação activa na comunidade. Esta participação activa é reclamada perante a consciência do poder de agência do indivíduo na sociedade, consciência que se vê adormecida, e cujo ressurgimento é essencial para potenciar o desenvolvimento³. Só uma mentalidade proactiva e uma forte consciência do poder que representa o exercício da cidadania, de liberdades como o pensamento, a reunião e a associação, podem efectivar uma cooperação verdadeiramente promotora de desenvolvimento. Visto que o cidadão sendo a base do compromisso social é também o agente principal da cooperação entre agentes socioeconómicos, pois se este não estiver envolvido, dificilmente os processos poderão prosperar.

A dimensão educativa é facilmente visível, uma vez que para promover uma mentalidade proactiva e activar o exercício da cidadania, é necessária uma sensibilização, uma mobilização, sobretudo das populações excluídas, cujas incapacidades têm vindo a ser colocadas

¹ Os códigos em seguida apresentados correspondem ao sistema utilizado para codificação da identidade dos entrevistados

² *quando os cidadãos estão associados, trabalham em conjunto (...))portanto, acho que há uma maior consciência do cidadão e da cidadania, do que é viver no colectivo(III)*

³ *'Não consigo!', não existe! Porque a gente consegue....Resta ver que quantidade de energia se põe para conseguir(VIII); uma pessoa não vai mudar a sociedade mas muitas umas pessoas vão mudar(...)) se eu quiser mudar, eu posso, eu tenho servir agente de mudança(IV);*

sistematicamente antes das suas capacidades e do seu poder como cidadãos de pleno direito. Mas não apenas entre as populações excluídas se verificam baixos níveis de cidadania, a larga maioria da população portuguesa atravessa uma crise de desresponsabilização social, que se lê na abstenção, na fraca participação em órgãos associativos e na reduzida adesão a programas de voluntariado. Esta ausência é sobretudo sentida em organizações de proximidade. E o voluntariado em Portugal carece, regra geral, do espírito de compromisso, portanto, há uma necessidade premente de apostar numa *sensibilização forte, a nível do voluntariado* (VI), o que poderá ser colmatado com políticas de incentivo, nomeadamente, partindo da educação e da inclusão do serviço cívico nos programas extracurriculares das escolas públicas, à semelhança das escolas internacionais, onde este se integra nos próprios currículos.

É necessária também uma consciencialização social da população porque a entreatajuda entre seres humanos é a base de qualquer processo de cooperação, a associação entre indivíduos antecede a relação entre instituições, e em última análise, são os indivíduos que se relacionam (*claro que são as pessoas que falam, nunca se viram as organizações a falar!* (I)). É este o tipo de cooperação que os actores apontam como melhor caminho para o desenvolvimento (*‘tá-se a criar a ideia que é necessário haver entreatajuda p’ra sociedade evoluir* (I)).

O desenvolvimento como o entendem os participantes deste estudo, parte de uma base tão simples quanto idealista, no mundo de hoje, (*é trabalhar todas as pessoas para o mesmo fim, percebes?* (V); *que houvesse assim uma união...* (XI)) que talvez esteja longe de compreender que o desenvolvimento diz respeito a todos por igual,⁴ porque *todos temos várias necessidades, (...) todos ao mesmo tempo temos alguma coisa p’ra dar. é só fazer a ligação (...) do que temos p’ra dar com as necessidades*(I). Ou seja, defendem-se aqui os mesmos princípios que defendeu Geddes no planeamento urbano, em inícios do séc. XX, que defende Roque Amaro a nível do desenvolvimento local, que norteiam o desenvolvimento sustentável, que defendeu Sen na sua análise da qualidade de vida, ou Rawls em *Justiça como Equidade*.

É, pois, fortemente sentida a necessidade de políticas que incentivem os processos de desenvolvimento no sentido da melhoria do bem-estar social e da garantia de justiça espacial⁵. Justamente, uma medida necessária para conseguir esse tipo de desenvolvimento é que os *excluídos (...) têm de ser integrados no próprio desenvolvimento* (IX), de modo que, até à data, no ano europeu de combate à pobreza e à exclusão social, as políticas têm se mostrado insuficientes no combate à exclusão social.

A nível de resultados, percebemos que estas iniciativas alcançam um pouco além da sua temática de base. No caso da AHH, não só a habitação, mas também, por exemplo, a recuperação de dependências e o aumento de auto-estima. No caso do Espaço t, não só o bem-estar, mas o desenvolvimento de autonomia e a criação de grupos sociais primários. No caso do projecto Igualdade de Género como Exercício de Cidadania, não só a Igualdade de Género, mas a democraticidade geral dos processos organizacionais.

Vimos também, que os dois primeiros estão em fase de ampliação da sua escala de acção (AHH: construção em Amarante; Espaço t: futura filial em Lisboa), no terceiro caso, a sua escala é regional mas multiplicar-se-á nas várias escalas locais de cada organização, e, durante a

⁴ *é primeiro de tudo, quem ‘tá à frente do desenvolvimento, ter uma perspectiva não de superioridade mas de igualdade*(IX)

⁵ *acho que nós vivemos num mundo de hipocrisias(...) acho que sou um ... consciente de uma sociedade que tem de ser mais justa p’ra todos*(IX); *se a Região Norte for colocada no mapa, no mapa dos políticos! (...) a Região Norte não é só o Porto! (...) Portugal é Portugal por inteiro... não é?*(X)

campanha, terá também divulgação nacional. Esta articulação inter-escalar é, como princípio, benéfica para a difusão da inovação.

Analisamos ainda a capacidade de ressonância destas iniciativas. No primeiro caso, são os voluntários o principal elemento difusor da mensagem central desta organização, pelo modo como a sua experiência tem impacto nos interactores. No segundo caso, percebemos que o principal motor de difusão é a própria cultura do Espaço t expressa na sua arte, que serve como meio de partilha dos ideais defendidos com a população-alvo e com o público em geral. No terceiro caso, entendemos que a valorização do projecto, como potenciador de acções futuras com as comunidades onde operam as organizações participantes, potenciará a probabilidade de difusão da temática do mesmo. Assim, reconhecemos a natureza inovadora da mensagem e dos efeitos destas três iniciativas, que pelas representações analisadas realmente captaram a imaginação das pessoas, proporcionaram a sua reflexão, o seu desenvolvimento pessoal, e, em alguns casos, melhoraram de forma significativa as suas condições materiais e/ou físicas e/ou psíquicas de existência, mas não, sem o seu envolvimento e participação activa. A grande mais-valia de uma iniciativa inovadora é justamente essa, a de se nutrir da força daqueles com quem luta.

Então, e de que forma influenciam estas iniciativas inovadoras o desenvolvimento espacial das comunidades onde operam?

Nos dois primeiros casos de estudo, *as estruturas dinâmicas de capital relacional* gravitam sobretudo na escala local das iniciativas, é o critério geográfico de proximidade que permite unir esforços, promovendo a participação dos vários agentes socioeconómicos num padrão de desenvolvimento inclusivo e sustentável, para fortalecer as vias de melhoria do bem-estar das comunidades (André, 2006). O inter-conhecimento que a comunidade local facilita, e o sentimento de pertença associado às identidades locais impulsionam relações geradoras de desenvolvimento, e, de um modo geral, relações funcionais. Neste sentido, a ideia de Leadbeater (2009) de que a melhor forma de promover atitudes e comportamentos é garantir que os cidadãos respeitam as pessoas que os manifestam, é mais facilmente realizável ao nível local.

Assim, a Habitat resolve problemas habitacionais em articulação com o poder local e desperta empresas e instituições para o voluntariado e para o dever cívico. O Espaço t resolve problemas individuais resultantes de doenças sociais, mentais ou físicas, em colaboração com instituições públicas e do Terceiro Sector, e suscita a sociedade em geral a valorizar a pessoa humana como igual acima de todas as diferenças, através da sua cultura. Como já vimos, estas redes estão longe de conseguir um processo perfeito, mas com perseverança e algum esforço de gestão estratégica, poderão potenciar a difusão das inovações, e assim, contribuir de forma mais expressiva para o desenvolvimento espacial das comunidades onde operam.

No terceiro caso, o capital relacional está instituído numa estrutura nacional que se dissemina à escala regional, e a esta escala, ao potenciar a qualificação das organizações do terceiro sector, poderá indirectamente favorecer o desenvolvimento, contudo, não o podemos afirmar aqui. À escala local, os efeitos poderão apenas ser testados após a campanha inserida no projecto, que constituirá um instrumento de sensibilização fundamental para uma abordagem integrada da cidadania.

Concluindo, a inovação social presente nestas iniciativas comprova, que apesar de toda a adversidade que a actual conjectura socioeconómica representa, é possível, passo a passo, cruzando fronteiras, criando alianças, ultrapassando obstáculos, trilhar novos caminhos que conduzirão a um futuro mais justo e a uma sociedade mais coesa.

Obras Citadas

Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

André, I., & Abreu, A. (2006). Dimensões e Espaços de Inovação Social. *Finisterra* , pp. 121-141.

Brawley, L. (2009, 09). The practice of spatial justice in crisis. *Justice Spatiale, Spatial Justice* , pp. 8-27.

Bret, B. (2009, 09). Rawlsian universalism confronted with the diversity of reality. *Justice spatiale, Social Justice* , pp. 39-48.

Demazière, D., & Dubar, C. (1997). *Analyser les entretiens biographiques*. Paris: Nathan.

Dees, G. a. (2008). Cultivate your Ecosystem. *Standford Social Innovation Review* , pp. 47-53.

Evers, A. (s.d.). Part of the welfare mix: the third sector as an intermediate area. *Voluntas* 6:2 , pp. 159-182.

Ferreira, S. (2004). O papel de Movimento Social das Organizações do Terceiro Sector em Portugal. . *Actas do V Congresso Nacional de Sociologia - Sociedade Contemporânea, Reflexividade e Acção*. Braga.

Franco, R. C. (2005). Defining the NonProfit Sector:Portugal. . In L. Salamon, *The John Hopkins Comparative Non Profit Sector Project*. Baltimore: The Johns Hopkins University Center for Civil Society Studies.

Giddens, A. (1972). *Capitalism and Modern Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gil, C. G. (2004). *Las ONG en la globalización*. Barcelona: Icaria.

Leadbeater, C. (2009). Public Service Innovation. *The Guardian* , 1-5.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação qualitativa - Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Marcuse, P. (2009, 09). Spatial Justice: derivative but causal of social injustice. *Justice Spatiale, Spatial Justice* , pp. 49-57.

Marques, T. S. (2004). *Portugal na transição do século, retratos e dinâmicas territoriais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Marx, K. e. (1998 (21 de Fevereiro de 1848)). *Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels*. Lisboa: Hugin Editores.

Monteiro, A. (2008). Empreendedorismo Social e Responsabilidade Social. . Vila Real.

Moore, M. L. (2009). The Role of CrossScale Interactions in Social Innovation. *Social Innovation Generation* , pp. 2-30.

Mulgan, G. A. (2007). *In and out of the sync- The chalenge of growing social innovation*. London: NESTA - National Endowment for Science, Technology and the Arts.

Mulgan, G. (2009). *Social Venturing*. London: The Young Foundation.

Mulgan, G. T. (2007). *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelarated*. . Oxford: Oxford University.

Nilsson, W. O. (2003). *Social Innovation, An Exploration of the literature*. McGill University.

Queiroz, M. (2004). O Planejamento Estratégico e as Organizações do 3º Sector. (pp.). . In R. Voltolini, *3º Sector, Planejamento Estratégico e Gestão*. (pp. 35-58). São Paulo: Senac.

Quintão, C. (Fevereiro de 2004). *Terceiro Sector, elementos para referenciação teórica e conceptual*. Obtido de Instituto de Sociologia: <http://www.letas.up.pt/isociologia/uploads/files/Working5.pdf>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rawls, J. (2001). *Justiça como Equidade: uma reformulação*.

Rodrigues, A. L. (2004). Configurações organizacionais em organizações sem fins lucrativos: reflexões para além da simples adopção de modelos. In R. Voltolini, *3º Setor, Planeamento e Gestão* (pp. 121-140). São Paulo: Senac.

Rodrigues, M. (1999). *Pelo Direito à Cidade, O Movimento de Moradores no Porto (1974/76)*. Porto: Campo das Letras.

Salvatore, V. (2004). A Racionalidade do 3º setor. In R. Voltolini, *Terceiro Setor, Planejamento e Gestão* (pp. 17-34). São Paulo: Senac.

Schutz, A. (1932). *A construção significativa do mundo social*.

Soja, E. (2009). The City and Spatial Justice. *Justice Spatiale, Spatial Justice* , pp. 31-39.

UNESCO. (2002). *SOCIAL CAPITAL AND POVERTY REDUCTION: Which role for civil society and the State?* UNESCO.

Yoffe, D. (2004). Captação de recursos no campo social. (pp.). . In R. Voltolini, *3º Setor, Planejamento e Gestão* (pp. 207-218). São Paulo: Senac.